

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
CEIOP	
N.º Único	627809
Entrada/Saída n.º	188
Data	25/3/2015

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Economia e Obras
Públicas
Deputado Hélder Amaral

Assunto – Audição do Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

Portugal, que atravessou um período complicado enquanto Nação no ano de 2011, procurou forma de resolver o problema financeiro em que se encontrava, assinando o memorando da “troika” em maio desse mesmo ano. Após uma série de políticas consideradas por muitos analistas como “desastrosas” o então Ministro, Teixeira dos Santos, pediu apoio financeiro internacional. Para que esse apoio fosse concedido tinha que se garantir que várias medidas eram tomadas, principalmente no que diz respeito ao setor dos transportes.

Desta forma inscreveu-se no ponto 3.31 do primeiro memorando da “troika” uma série de objetivos relativamente a privatizações que tinham que ser concretizadas. Dizia-se: “O Governo acelerará o programa de privatizações. O plano existente para o período que decorre até 2013 abrange transportes (Aeroportos de Portugal, TAP, e a CP Carga), energia (GALP, EDP e REN), comunicações (Correios de Portugal), e seguros (Caixa Seguros), bem como uma série de empresas de menor dimensão.

O Governo anterior, quando confrontado com esta realidade e consciente de que esta medida estava consensualizada por razões financeiras, tinha delineado um plano que passava por reduzir o envolvimento do estado na TAP, e, conseqüentemente, a responsabilidade do estado nos prejuízos da empresa. Ainda assim, o novo Governo do PS constituído com muitos dos rostos que nos conduziram à necessidade de se tomarem estas medidas, acabou, com suporte dos restantes partidos de esquerda, por decidir que se deveria avançar com a reversão do acordo de privatização – já assinado.

Escrevia-se então nos órgãos de comunicação social: “Pedro Marques alterou o contrato de venda da TAP e, em vez de 36%, o Estado vai passar a responder por 50% do capital da empresa”. Esta era uma decisão tomada, estranhamente e simplesmente, apenas para garantir que o Estado não saia da TAP. Para o então Ministro do Planeamento e das Infraestruturas a gestão da companhia aérea, mesmo com um novo modelo de repartição do capital, seria privada (garantia dada ao “Dinheiro Vivo” em 11 de fevereiro de 2016). Ao mesmo tempo, quando questionado sobre o que ganhava o país, respondia: «O Estado não vai sair daqui “a dois, cinco ou dez anos”».

Numa audição feita na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, e perante todas as legítimas dúvidas sobre a quem pertencia afinal a gestão da TAP, foi garantido que, “Nenhuma decisão relevante para a empresa será feita sem o acordo do Estado. O governo conseguiu assumir uma posição efetiva na TAP”, afirmava Pedro Marques, justificando a reconversão da privatização feita pelo anterior governo.

Depois de todo este processo somos confrontados com uma nova realidade: A TAP gerou durante o ano de 2018 prejuízos entre 150 e 180 milhões de euros. Ou seja, o custo da reversão deste negócio, que muitas vezes foi valorizado em cerca de 30 milhões de euros de um empréstimo obrigacionista de 120 milhões, é afinal muito maior.

Permanecem ainda outras dúvidas. Se Governo, como afirmou o anterior Ministro das Infraestruturas, foi responsável pelas decisões tomadas ao longo deste tempo na TAP e porque motivo permitiu que esta empresa gerasse dívidas que vão ser pagas por todos os portugueses? As folgas orçamentais geradas pelas cativações, e pelo aumento dos impostos, serão aplicadas na gestão da TAP que sendo privada toma decisões com os efetivos representantes do Estado?

Para o CDS não faz sentido que a dimensão destes prejuízos seja, como classificou Pedro Marques, um mero episódio correspondente a “dores de crescimento”.

Perante esta realidade e entendendo o Grupo Parlamentar do CDS que há explicações a dar, por parte do Governo, relativamente aos prejuízos gerados pela TAP, consideramos ser necessário solicitar a Vossa Excelência uma audição com o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

Lisboa, 19 de março de 2019.

Os Deputados,
Pedro Mota Soares

